

Certificação voluntária de edifícios

Marcas para a sustentabilidade

As preocupações ambientais fizeram disparar várias áreas de negócio. A oportunidade, a agilidade nos processos e a viabilidade económica são as principais características de uma área virada para a certificação dos edifícios. Energia, água, resíduos e materiais, de uma forma agregada, convergem para a sua avaliação e classificação. Conheça os principais sistemas, modelos, as suas vantagens e limitações, bem como o que existe e se faz em Portugal.

Fotovoltaico: Europa e China – Jogo de interesses no caso antidumping. Pág. 46

Destaque: O mercado do ar condicionado em Portugal. Pág. 24

Entrevista: Uma conversa com Teresa Ponce de Leão, presidente do LNEG. Pág. 32

Solar Térmico: Balanço final do Aviso Edifício Eficiente. Pág. 42



Aviso Edifício Eficiente

Solar térmico com mais procura

O Aviso Edifício Eficiente está fechado, com os primeiros projectos já aprovados. Os sistemas solares térmicos tiveram mais procura do que as janelas eficientes, num programa de incentivos que, segundo as empresas, não deverá ser o exemplo a seguir.



O período de candidaturas ao Aviso 03 - Edifício Eficiente, lançado no âmbito do Fundo de Eficiência Energética (FEE), terminou em Julho e há já projectos aprovados. Com um total de 1459 candidaturas recebidas, a instalação de sistemas solares térmicos foi a opção que levantou mais interesse, com 1045 pedidos (cerca de 72% das candidaturas). Os projectos para a substituição de janelas ficaram aquém do esperado, o que levou à alocação de parte das verbas disponíveis para a opção solar térmico.

O incentivo, lançado em Novembro de 2012, contribuía com 1.500 euros para a instalação de sistema solares térmicos e com 1.250 euros para a de janelas eficientes em edifícios residenciais existentes. O montante foi dividido para três períodos de candidatura, sendo que os resultados da primeira e segunda extracção são já conhecidos. Na primeira fase, segundo o FEE, foram recepcionadas 158 candidaturas, das quais 139 foram aprovadas, o que corresponde a 177.195 euros. Dessas, 118 são para sistemas solares térmicos e 21 para janelas eficientes. Na segunda extracção, de um total de 440 candidaturas, 422 foram aprovadas (310 respeitantes a solar térmico, 112 a janelas eficientes), o equivalente a 526.178,81 euros.

Face a estes números, restam ainda mais 1,2 milhões de euros, que serão atribuídos para os projectos aprovados na última extracção, onde foi notório um aumento de interesse

do público. “A corrida ao incentivo do FEE sentiu-se na última extracção, prolongada em mais um mês face aos inúmeros pedidos de empresas do sector neste sentido, e durante o qual foram recepcionadas 861 candidaturas”, comentou a ADENE, entidade responsável pelo FEE.

De acordo com a mesma fonte, em meados de Julho, estavam já a ser implementados projectos aprovados na primeira extracção. As empresas do solar indicam que o número de beneficiários do FEE que decidiram avançar com a instalação sem a existência da transferência efectiva da verba por parte do fundo ou sem conhecerem o resultado da candidatura é “irrelevante” e, até à altura, não tinham ainda conhecimento de que as transferências já estivessem a ser feitas. Do lado da ANFAJE, em Julho, esta não tinha conhecimento de que estivessem a ser substituídas janelas, uma vez que ainda não tinham sido “celebrados os contratos entre as empresas promotoras e o FEE conforme regras estabelecidas no Aviso 03”.

O total de candidaturas recepcionadas representa um montante de investimento ligeiramente superior aos dois milhões disponíveis no programa. “Atendendo a que a verba disponível neste aviso era de dois milhões de euros, o que permitia intervencionar 1.500 edifícios com soluções de eficiência energética (solar térmico e janelas eficientes), a adesão excedeu a expectativas esperadas”, considerou a ADENE.

EXCESSO DE BUROCRACIA

A adesão ao incentivo excedeu as expectativas da ADENE, entidade responsável pelo FEE. No entanto, as associações do sector queixam-se do excesso de burocracia do processo de candidatura e alertam que este é um modelo que não deve ser replicado.

Apesar do número de candidaturas recebidas, o formato do incentivo não agradou às empresas dos dois sectores. Tanto a associação dos fabricantes de janelas eficientes – ANFAJE, como a associação portuguesa da indústria solar – APISOLAR apontam o excesso de burocracia dos procedimentos como um entrave. A elegibilidade dos projectos exigia que a candidatura fosse apresentada pela empresa promotora, que deveria cumprir vários requisitos, nomeadamente ser uma Micro, Pequena e Média Empresa (PME) conforme Certificação Electrónica, possuir seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho com capital seguro mínimo de 50.000 Euros e deter CAP ou Certificado ou Diploma de Qualificações. Para além disso, os imóveis em causa tinham de dispor de um certificado energético (CE) no qual a instalação do equipamento fosse recomendada como medida para a melhoria do desempenho energético. Ou, na ausência deste, poderia ser apresentado um diagnóstico energético e um estudo prévio demonstrativo da aplicabilidade técnica e do impacto da operação, elaborado por um Perito Qualificado de RCCTE e ambos evidenciados por um CE provisório emitido por este no SCE.

A ANFAJE acompanhou com “grande preocupação o desenvolvimento do aviso, prevendo que este não ia ter a adesão pretendida devido às enormes burocracias do processo, com pedidos de documentos e informações muitas vezes redundantes, obrigando as microempresas do sector das janelas a um dispêndio de tempo e recursos humanos não justificável”, explica João Gomes, presidente da associação nacional dos fabricantes de janelas.

Outra crítica da ANFAJE é o facto de a mensagem não ter chegado aos principais destinatários, os clientes particulares. “A falta de promoção junto dos clientes particulares e da população em geral da existência do Aviso 03 e dos benefícios para a melhoria da eficiência energética das suas casas impediu uma melhor concretização dos

objectivos do aviso”, aponta. Segundo o responsável, o incentivo falhou ainda noutro objectivo importante: servir de alavanca para a substituição de janelas antigas com vidro simples por novas janelas eficientes, independentemente da existência de benefícios financeiros.

A ANFAJE aponta também os atrasos no processo que geram desconfiança e incerteza nos consumidores, e que, aliando-se à conjuntura económica adversa “retiram credibilidade a uma iniciativa de que Portugal necessita”. Num mercado em queda, como é o caso do solar térmico (-29% em 2012), o incentivo foi bem recebido pelas empresas. Todavia, desde cedo, a APISOLAR alertou a ADENE para o excesso de burocracias exigido. “O excessivo peso burocrático do programa torna-o num exemplo a não seguir”, referiu Gonçalo Calcinha, secretário-geral da APISOLAR. “A APISOLAR já alertou as entidades governamentais para o perigo de programas deste tipo, em especial de dimensão irrelevante, que apesar das boas intenções, tem resultado num bloqueio para o sector, já que, em certos casos, a decisão pode estar condicionada pela transferência da verba para os beneficiários do FEE. Sem a transferência não existe adjudicação”, esclarece. Encerradas as candidaturas, a ADENE garante que “o FEE continuará a apoiar projectos de eficiência Energética, para uma correcta utilização da energia associada a uma redução da factura energética em casa, ao mesmo tempo que promove a inovação, o desenvolvimento tecnológico e o reforço do tecido empresarial nacional”.

Procedimentos “mais simples, claros e ágeis” são as recomendações da ANFAJE para futuros mecanismos de incentivo ao sector das janelas eficientes. João Gomes reconhece a importância destas iniciativas no cumprimento das metas propostas pelo Plano Nacional de Eficiência Energética (PNAEE), que define para 2016 a instalação de 750 mil a 800 mil m² de vidros eficientes. “O Aviso Edifício Eficiente é fundamental para o sector da caixilharia e imprescindível para o aumento da eficiência energética dos edifícios portugueses. A execução da medida Janela Eficiente é fundamental para dar cumprimento ao PNAEE e consequentemente aumentar a eficiência energética dos edifícios portugueses, é fundamental para criar mais economia para Portugal”. ■

Curso avançado de sistemas solares térmicos

O curso é destinado a profissionais (projetistas, fabricantes, peritos qualificados, instaladores, TRF) que pretendem incrementar os seus conhecimentos com informação “state of the art” sobre concepção, dimensionamento e escolha de componentes. O formador tem participado nos desenvolvimentos da tecnologia solar e a sua experiência de 35 anos permite-lhe conhecer o que de melhor se faz neste ramo. Venha calibrar as suas ideias!



HENRY RIBAS PROJETOS

Duração: 2 dias
Primeiros cursos:
 Lisboa 11 e 12 Outubro
 Porto 25 e 26 Outubro
Formador: Eng. Rafael Ribas

www.henryribasprojetos.pt
 rribas@henryribasprojetos.pt
 Tel: 917 340 215
 Rua N.º S.ª da Piedade
 Lote 5 1D.º 8100-709 Loulé